

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Beatriz Conishi Cardozo

**REFLEXÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS SUBJETIVAS DA MORTE EM VIDA: UM
ESTUDO COM PSICANÁLISE A PARTIR DE A TERCEIRA MARGEM DO RIO E
NECROPOLÍTICA**

São Paulo
2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Beatriz Conishi Cardozo

**REFLEXÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS SUBJETIVAS DA MORTE EM VIDA: UM
ESTUDO COM PSICANÁLISE A PARTIR DE A TERCEIRA MARGEM DO RIO E
NECROPOLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência
parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob
orientação do Prof. Dr. Luiz Felipe Monteiro da
Cruz.

São Paulo
2024

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pelos infinitos aprendizados e por tantos atos de amor e apoio. E à minha avó materna, que me apresentou os contos rosianos e com quem primeiro os vivi.

Aos meus amigos, pelas trocas que me possibilitam novas formas de pensar, ver e viver. Em especial, a aqueles que embarcaram comigo nessa investigação e, na distância, em caminhos ou intervalos, conversaram e compartilharam sobre os temas explorados.

Ao Marcelo, pelo privilégio de tê-lo ao meu lado e pelo tamanho interesse que demonstra pelos meus pensamentos e projetos.

Aos meus professores da escola, que me fascinaram com o amor pelas artes, em especial, a literária.

Aos meus professores da faculdade, que me acompanharam no início dessa jornada em direção aos caminhos inquietantes da psicologia, especialmente, da psicanálise.

Aos professores da faculdade, que me mostraram a importância de pensar o sujeito na sociedade, com destaque para Cecília Pescatore, que orientou meus primeiros trabalhos científicos.

Ao Fábio Franco e à Paula Pires, com os quais tive diálogos que proporcionaram novas reflexões e perspectivas acerca do tema em investigação.

E agradeço ao Luiz Cruz, meu orientador, que abraçou minhas criações e que, me encorajando a desenvolvê-las, foi presença importantíssima para tornar esse trabalho meu.

RESUMO

Como consequência da consolidação do neoliberalismo, alteraram-se as relações de poder e, com isso, surgiram novas formas de definir e exercer a soberania e é a elas que Mbembe busca abarcar com o conceito de Necropolítica: uma política que produz a morte e cujo poder soberano, portanto, se exerce pela definição de quem é e de quem não é descartável. A capacidade de fazer morrer engloba a morte em vida, um fim existencial que se manifesta por meio da impossibilidade do sujeito de se projetar para além daquilo que já se mostra sendo. Uma vez que os efeitos da necropolítica incidem não somente sobre os corpos, mas também sobre a subjetividade, questionou-se, no presente trabalho, quais consequências subjetivas derivam da submissão de indivíduos a uma lógica negrogovernamental que os matam em vida. Com o objetivo de refletir sobre a questão, efetuou-se uma pesquisa teórica com psicanálise, dialogando esse campo com dois outros: o social e o artístico. Por meio do entrelaçamento entre os conceitos de Mbembe e as reflexões de Miriam Debieux Rosa sobre o sofrimento sociopolítico, identificou-se a morte em vida como um aprisionamento em significantes, cujo resultado é o desamparo discursivo. Através da análise do conto *A Terceira Margem do Rio*, de João Guimarães Rosa, lido como uma estrutura fantasiosa da problemática em questão, foi possível pensar a melaconização do discurso como uma consequência subjetiva da morte em vida. Além disso, o conto permitiu vislumbrar a possibilidade de fazer furos no discurso social e, assim, romper com o aprisionamento nos significantes e com a condição de morto-vivo. A análise do conto aponta, porém, tratar-se de um rompimento social e não individual, haja vista haver o perigo dos furos serem patologizados e criminalizados, o que amarraria novamente o sujeito nas redes que mantêm o poder e a lógica do mercado.

Palavras-chave: Necropolítica; Morte em vida; Desamparo discursivo; *A Terceira Margem do Rio*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. PSICANÁLISE E OS FENÔMENOS SOCIAIS	7
1.2. PSICANÁLISE, ARTE E A TERCEIRA MARGEM DO RIO	12
1.3. NECROPOLÍTICA	17
2. MÉTODO	23
3. MORTE EM VIDA E O DESAMPARO DISCURSIVO	25
3.1. MORTOS VIVOS EM A TERCEIRA MARGEM DO RIO	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, o discurso hegemônico é construído a partir da lógica neoliberal, caracterizada pela submissão do poder político ao econômico. Nasce, daí, um Estado forte cujo dever é atender os interesses do mercado e, com isso, é caracterizado pela ausência de limites no que tange a repressão da oposição (Serrano, 2020 e Safatle, 2021). Como consequência da ascensão do neoliberalismo, ocorreram mudanças na definição de soberania e nas formas de exercê-la. Com o objetivo de abarcar tais metamorfoses e as decorrentes alterações na governamentalidade e em suas tecnologias, Mbembe formulou o conceito de necropolítica (Almeida, 2021).

Segundo a leitura do jurista Silvio Almeida (2021) sobre o novo conceito, a etapa neoliberal do capitalismo fundou uma nova forma de governamentalidade, o necroliberalismo, fruto da expansão da lógica colonial e da universalização da condição negra. A necropolítica, portanto, é exercida por meio do corpo e a partir da capacidade de fazer morrer. Nesse cenário, a soberania se concretiza a partir da definição de quem é e de quem não é descartável, produzindo a morte daqueles que não importam e destruindo progressivamente os seus corpos.

A capacidade de fazer morrer, porém, não se reduz a uma morte biológica, englobando, também, uma morte em vida, formas de existência social em que a população se encontra submetida a condições que lhe confere o status de morto-vivo (Mbembe, 2016). Baseando-se nas reflexões propostas por Mbembe, compreende-se a morte em vida como uma morte existencial, que se manifesta por meio da impossibilidade do sujeito de se projetar para além de si, de se imaginar como algo para além do que ele já é. Trata-se do assassinato das possibilidades de futuro e, com isso, de uma condenação da pessoa a repetição de um presente que lhe foi imposto. As falas abaixo, uma do estudante Felipe Lima no documentário *Nunca me sonharam* (Rhoden, 2017) e a outra de Seu Jorge, em uma entrevista ao podcast *Podpah* (2022), não se tratam, portanto, de relatos de experiências isoladas:

Como meus pais não foram bem sucedidos na vida, eles também não me influenciavam, não me davam força para estudar. Achavam que quem entrava na universidade era filho de rico. Acho que eles não acreditavam que o pobre também pudesse ter conhecimento, que pudesse ser inteligente. Para eles, o máximo era terminar o ensino médio e arrumar um emprego: trabalhador de roça, vendedor, alguma coisa desse tipo. Acho que nunca me sonharam sendo um psicólogo, nunca me sonharam sendo professor, nunca me sonharam sendo um médico, não me sonharam. Eles não sonhavam e nunca me ensinaram a sonhar (Felipe Lima).

A gente veio de um lugar de negritude retinta e muito tempo depois os meus tios, meus pais pediram perdão, eu falei “não tem sentido”, falaram “não, é porque a gente não aprendeu a sonhar, cara, sonhador para gente era perdedor, era perda de tempo, para a gente, né, e aí você

chega lá e briga com a gente e vai no teu sonho e faz isso tudo com dignidade, sem desabonar”. Eles estavam esperando, né, o telefone tocar e “tá preso, tá não sei o que”, porque eu tava vivendo em condição de rua, pra fazer isso e aí, assim, eu falava que tava fazendo as minhas coisas, que tava no teatro e tudo mundo não acreditava, achava que era papo furado, que eu tava andando com gente torta e esperando o telefonema (Seu Jorge).

A partir de uma discussão que entrelaça a necropolítica com conceitos psicanalíticos, Fábio Luis Franco argumenta que os efeitos oriundos da articulação entre o neoliberalismo autoritário e a necropolítica não são apenas sobre os corpos, mas também, sobre a subjetividade. A partir disso, questiona-se quais consequências subjetivas derivam da submissão de indivíduos a uma lógica negrogovernamental que os matam em vida.

Com o intuito de iniciar uma reflexão sobre a questão, a partir do diálogo entre a psicanálise e o campo das ciências sociais, traça-se paralelos entre o conceito de Mbembe e os pensamentos de Miriam Debieux Rosa acerca do Desamparo Discursivo, permitindo, assim, uma compreensão do processo de morte em vida a partir da perspectiva psicanalítica. Enfim, considerando a troca entre a psicanálise e o campo artístico, volta-se ao conto *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa, aqui compreendido como uma estrutura fantasiosa da problemática que impulsiona as reflexões do presente trabalho. A obra é tomada, portanto, como uma metáfora do funcionamento do necropoder e de seu modo de operar a partir da morte em vida e, com isso, ela é encarada como um meio de investigação das consequências para a subjetividade daqueles que são mortos em vida.

1.1. PSICANÁLISE E OS FENÔMENOS SOCIAIS

Rosa (2010) aponta que a psicanálise, em busca de desvendar os processos inconscientes, pode se dedicar ao objetivo de explorar o funcionamento de tais processos em outros domínios da atividade humana. Com o intuito de demonstrar que a prática psicanalítica ultrapassa os limites da clínica e alcança o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, Rosa, Estêvão e Braga (2017) demonstram, por meio da recuperação de escritos de Freud e Lacan, que a articulação entre o indivíduo e o campo sociopolítico sempre esteve presente na trama teórica e clínica da psicanálise. Segundo os autores, nos escritos de Freud, a linha que separa a sociologia da psicanálise é bastante tênue, apesar de determinada. A intersecção entre ambas deu-se por exigência da prática psicanalítica, mais especificamente, a partir do momento em que Freud percebeu que a problemática neurótica incluía questões morais. Como exemplo, Rosa, Estêvão e Braga (2017) recuperam o caso Dora, cuja neurose envolvia o conflito entre seus desejos sexuais e

a imagem que conservava de uma boa moça, constituída a partir de sua tentativa de adequar-se aos parâmetros sociais, ou seja, por meio de preceitos morais.

Em acordo, Silva Junior (2021) aponta haver, na psicanálise, uma forma metodológica de engajamento social, visto que Freud, desde suas primeiras obras, compreende a indissociação entre o sofrimento psíquico e o contexto social em que os sujeitos se inserem:

De fato, uma vez que seus modelos de aparelho psíquico são construídos a partir dos fenômenos normais e patológicos em cada momento da cultura, tais modelos são sempre sociais no sentido estrutural do termo. Ao seguir esse método, a teoria psicanalítica freudiana assume igualmente a historicidade dos sofrimentos individuais e sua dependência do contexto social em que surgem. Podemos afirmar que não há patologia descrita por Freud que não pressuponha a ideia de uma organização social e política que a produza. Em outras palavras, a psicopatologia psicanalítica é simultaneamente uma descrição de sofrimentos subjetivos e uma análise crítica das patologias do social, ou seja, formas indiretas de crítica aos ideais e às normas sociais enquanto tais, e não apenas sinais do fracasso individual diante desses ideais e normas (p.259).

Conforme o avanço da teoria de Freud, Rosa, Estêvão e Braga (2017) apontam que a moralidade ganhava importância, encontrando-se presente, em cada caso clínico, a oposição entre o desejo e o comportamento moral socialmente estabelecido. Isso influenciou a sua teoria pulsional e, posteriormente, o levou a postular uma instância psíquica para a função moral, por ele denominada de Supereu. Assim, aquilo observado na clínica despertou questões e observações que lhe fizeram pensar em uma teoria da cultura e outra da sociabilidade, além de levá-lo a elaborar instrumentos conceituais de análise social. Com isso, os autores afirmam que a psicanálise, de forma simultânea, utiliza-se dos fenômenos culturais como suporte à sua teoria e torna-se um poderoso instrumento para compreendê-los.

Freud (1921/2011), portanto, avançou em sua teoria a partir da inclusão, em seus pensamentos, de questões sociais, recusando, constantemente, a oposição entre indivíduo e sociedade ao afirmar o sujeito humano como um sujeito inexoravelmente social. Isso se torna incontestável no momento em que afirma que a psicologia individual é, desde o início, social:

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinarmos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (1921/2011, p.14).

Do mesmo modo, Rosa, Estêvão e Braga (2017) afirmam que Lacan reconhece a indissociabilidade entre a psicanálise e o campo social, destacando que o sujeito é efeito do

significante e do campo simbólico. Nos escritos de Lacan, a colocação dos autores torna-se evidente, por exemplo, no modo como o autor define o inconsciente: “O inconsciente é parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (Lacan, 1998, p.260). Nesse sentido, a concepção de discurso ultrapassa a individualidade e o conceito de fala, carregando, em si, algo do sujeito e do social. Com isso, segundo Rosa, Estêvão e Braga, o discurso influencia tanto a economia psíquica do indivíduo como a sua relação com os outros. Uma vez que o inconsciente, para Lacan, é constituído como linguagem, o laço social também o é, o que significa dizer que a lógica do significante ordena tanto o sujeito como as relações entre eles, ou seja, o social.

Nesse sentido, como afirmam os autores, Lacan demonstra que todos se objetificam a partir da cultura e, ao afirmar que o inconsciente é social, ele pontua que o sujeito é, por definição, marcado pela história e não pode, assim, ser pensado apenas a partir de sua relação com os seus pais. Com isso, a psicanálise se mostra uma teoria que não se reduz ao sujeito, mas sim, que pensa a relação dele com o mundo e, por isso, as transformações sociais são interessantes para a teoria psicanalítica e a sua prática.

Destacam também, no pensamento lacaniano, a necessidade de articular a psicanálise com outras ciências, enfatizando-se a troca entre os campos no que tange tanto o esclarecimento da psicanálise por meio do pensamento de outras ciências quanto o contrário, ou seja, naquilo que a teoria psicanalítica pode ser complementar às outras áreas de conhecimento. Com isso, a psicanálise se mostra uma teoria que não se reduz ao sujeito, mas sim, que pensa a relação dele com o mundo e, por isso, as transformações sociais são interessantes para a teoria psicanalítica e a sua prática.

A partir desses pontos, acorda-se com aquilo defendido por Rosa (2010): a articulação entre a psicanálise e outras ciências, como a sociologia, é de extrema relevância, haja vista que tal intersecção sustenta a teoria psicanalítica e a permite contribuir para a elucidação dos pontos que os outros campos não alcançam. No mesmo sentido, Enriquez (2005), afirma que

a psicanálise não é unicamente um procedimento terapêutico; ela é, também (ou, para ser mais exato, ela é tornada, pouco a pouco) uma ciência, aquela do psiquismo, aquela dos processos inconscientes que se desenrolam não apenas no indivíduo isolado, mas também nos grupos, nas instituições, nas produções de espírito (p.02).

O autor, porém, recupera os argumentos que afirmam o interesse de Freud pela análise dos fenômenos sociais como insuficiente para resolver as questões epistemológicas oriundas da aplicação de uma ciência da realidade psíquica às ciências da realidade histórica. Para ele, é

verdade que Freud teria se utilizado de conceitos desenvolvidos em determinado contexto para elucidar fenômenos de outra esfera, ausentando-se de transformá-los, retrabalhá-los ou adequá-los a esse novo objeto. Contudo, Enriquez (2005) desconsidera que a aplicação da psicanálise às ciências de outras naturezas teria acarretado em problemas de ordem epistemológica por dois grandes motivos: 1) A psicanálise não é, unicamente, uma ciência da psique, do indivíduo isolado, vinculando-se à esfera social. É que, os estudos psicanalíticos objetivam compreender como se estabelece o laço social, além de possibilitar que os sujeitos existam autonomamente frente a ele. 2) A escrita de Freud, em suas obras sociológicas, não abandona o método terapêutico e a postura analítica.

Com a intenção de desenvolver o primeiro ponto, Enriquez (2005) parte da concepção de que “o indivíduo não existe fora do campo social” (p.14). A partir do contato com o outro, o *Infans* vive um processo de socialização que possibilita que ele se torne criança, passando a ser, de um ser associal, a um ser social que integra os valores de seu grupo e se localiza em relação a ele, sendo, portanto, capaz de amar o outro e a si, trabalhar com o outro e sublimar as suas pulsões por meio das artes, ciências e outras atividades socialmente valorizadas. Nesse sentido, “o próprio sujeito se constitui como sujeito pela existência do outro: é porque um outro nos ama, nos fala e nos olha que nós existimos enquanto sujeitos humanos. Sem a presença dos outros, nós não poderíamos aceder à humanidade” (p.11).

Por conta disso, a psicanálise não se resume à área da psicologia, tratando-se de uma ciência psico-social, que se caracteriza pela atenção aos aspectos inconscientes dos fenômenos sociais, enquanto as ciências sociais objetivam a compreensão daquilo que é visível. Nesse sentido, afirma Enriquez (2005) que a psicanálise e as ciências sociais possuem o mesmo objeto de estudo, isto é, a criação e evolução do laço social, diferindo-se nos aspectos que intuem focalizar desse fenômeno: a sociologia se concentra nos aspectos objetivos das interações sociais, enquanto psicanálise, volta-se às dimensões ocultas do laço social.

No que diz respeito ao método terapêutico e à postura analítica, Enriquez (2005) aponta que “a escrita de Freud, em suas obras, está ligada à sua postura de analista” (p.08): Os trabalhos em que Freud se debruça sobre aspectos sociais, apresentam-se por meio de fragmentos, ideias que vêm e vão, hipóteses avançadas, mal desenvolvidas e que, às vezes, são abandonadas. Com essa escrita, ele sensibiliza o leitor no que tange o seu processo de descoberta, de desenvolvimento de novas ideias, deixando, com isso, transparecer as “suas associações espontâneas, as suas contradições, a expressão de seu entusiasmo, os seus medos, as suas denegações” (p.08). Assim, Enriquez defende os estudos em psicanálise aplicada, afirmando que Freud, em sua escrita e

mesmo nas obras que tratam de fenômenos sociais, mostra-se permanecendo, sempre, um psicanalista e por isso, é

um homem descobrindo o sentido, se deixando levar, apanhar por ele, angustiado e atento à sua presença ou à sua ausência. É, sem dúvida, por esta razão que os textos parecem extremamente desorientadores: no lugar de teses fortemente argumentadas e afirmadas, eles nos contam histórias, lendas, forjam mitos, nos transmitem “considerações”, convidam à imaginação e nos propõem um esquema explicativo geral que tem sua coerência mesmo que possamos, numa primeira leitura, ter o sentimento de ler um discurso descosturado embora muito sugestivo. Freud nos dá, também, o admirável exemplo de alguém que, através de sua escrita, se compromete em nos fornecer ao mesmo tempo explicações e interpretações, fazendo-nos partilhar sua visão compreensiva dos fenômenos estudados (p.09).

Assim como Enriquez, Mezan (2018) busca compreender os desafios para a psicanálise aplicada e, para tanto, rebate argumentos daqueles que a contrapõe. Para o autor, o despreço em relação à psicanálise aplicada baseia-se em suposições equivocadas. A primeira delas argumenta que os conceitos e esquemas interpretativos da psicanálise não possuem relevância para a compreensão dos fenômenos que vão além da clínica, contexto em que e para o qual eles foram criados. Justamente por isso, surge a segunda suposição equivocada, que entende que o uso abusivo das noções psicanalíticas não conseguiria acrescentar algo nas discussões e nos processos de elucidação desses fenômenos. A última, seria que a psicanálise aplicada também não é capaz de contribuir para reflexões no próprio campo psicanalítico, sendo desqualificada para o auxílio da compreensão ou ampliação do mesmo.

Todavia, de acordo com Mezan (2018), nenhuma das afirmações acima correspondem à realidade. No que se refere ao primeiro ponto, o autor contra-argumenta que o objeto da psicanálise não é (e nunca foi) apenas aquilo que ocorre durante os encontros terapêuticos, se expandindo para todas as manifestações do psiquismo, independentemente se acontece ou não na clínica e se ocorre no plano individual ou no campo da interação entre os homens:

Ou será que ao agir, ao criar instituições e costumes, ao dar asas à imaginação inventando histórias e mitos, produzindo ferramentas e técnicas, obras artísticas, teorias científicas e sistemas filosóficos, não estamos usando a nossa mente e, portanto, sujeito às leis que a governam? Nada há de ilegítimo, portanto, em abordar essas dimensões do humano com os recursos da psicanálise (2018, p.08).

Em relação ao segundo argumento, Mezan (2018) o desconstrói ao afirmar a possibilidade de análises que não se utilizam do uso abusivo das noções psicanalíticas: o uso da teoria psicanalítica para os estudos dos fenômenos que não se limitam à clínica são regidos por regras próprias, cujo principal intuito é, justamente, evitar a aplicação mecânica dos conceitos aos objetos de análise.

Segundo o autor, aqueles que se aventurarem na investigação de temas da psicanálise aplicada devem considerar a singularidade do objeto de pesquisa e, assim como pensariam o discurso de um paciente ou o movimento contra-transferencial, devem visar a apreensão de sua estrutura. Isto é, refletir sobre o que faz do objeto este e não outro, articulando as suas várias partes, dimensões, camadas, características formais e os modos como elas expressam o conteúdo. Com isso, a partir do questionamento dos fatores inconscientes implícitos no objeto estudado, ocorre a leitura psicanalítica, possibilitando que se revelem aspectos do fenômeno visíveis, apenas, pela análise da psicanálise.

Por fim, Mezan (2018) afirma que a psicanálise aplicada pode contribuir para a elucidação e ampliação dos conceitos e teorias do próprio campo psicanalítico, haja vista que não se trata de aplicar improdutivamente algo, cujo saber encontra-se pronto, com o fim de analisar um fenômeno que não precisa desse algo para ser compreendido. Trata-se, na realidade, de um movimento interpretativo que faz emergir indagações eminentemente psicanalíticas. A partir da psicanálise aplicada, portanto, é possível pensar os conceitos utilizando fenômenos externos à clínica, permitindo o refinamento deles, a ampliação de seu alcance investigativo e o relacionamento destes conceitos com dimensões psíquicas e áreas teóricas cuja relação não é evidente em um primeiro olhar.

Logo, o autor dá razão aos inúmeros analistas que se dedicam aos estudos de temas da psicanálise aplicada, afirmando-a legítima como qualquer outro campo da psicanálise: “A não ser pela natureza do material, que coloca dificuldades específicas e exige resolvê-las de modo adequado, eles em nada diferem do que o analista tem a fazer quando redige um relato de caso, abre uma discussão teórica ou examina uma organização patológica” (p.10).

Não cabe à psicanálise, portanto, substituir a análise dos outros campos de conhecimento, mas sim, incidir sobre o que lhe escapa: a dimensão inconsciente das práticas sociais. Nesse viés, ela busca contribuir na reflexão dos modos como os sujeitos são enredados nas malhas da dominação, encontrando-se sensível “às causas mais profundas da vida social, a saber: o amor e o ódio do outro, o desejo de criar e aquele de destruir” (Enriquez, 2005, p.20). Como afirma Enriquez, “a psicanálise não é apenas a ciência da psique individual, mas também aquela das interações entre os diversos indivíduos, dos processos de identificação, de projeção e da formação de fantasias ativadas nas inter-relações” (2005, p.07).

1.2. PSICANÁLISE, ARTE E A TERCEIRA MARGEM DO RIO

Os estudos da psicanálise aplicada não se limitam ao diálogo com as disciplinas sociais e políticas, estendendo-se, também, ao campo artístico. Não se trata de uma intersecção recente, existindo desde o fundamento da teoria psicanalítica: “A psicanálise e a arte do século XX nasceram na mesma época e não pararam de se atrair, se distanciar e se esbarrar, às vezes desastrosamente, até hoje” (Rivera, 2005, p.07).

A arte é, de acordo com Quinet (2003), fruto da sublimação, uma forma de satisfação do sujeito que, provocando-lhe o efeito do Belo, culmina no alívio pulsional pela experimentação de um gozo para além do corpo físico. Explicam Quinet (2003) e Lucero e Vorcaro (2013) que, para a teoria lacaniana, a sublimação eleva o objeto artístico à dignidade de Coisa (das Ding) e, a fim de decifrar essa afirmação, os autores retomam o conceito e a sua relação com a arte.

Eles afirmam que, ao abordar a experiência de satisfação humana, Lacan enfatiza o papel do Outro, cuja função é interpretar os apelos do sujeito e forjar objetos capazes de satisfazê-los. Como resultado, os objetos, ao atravessarem o Outro e sua cadeia significante, deixam de ser completamente assimilados pelo sujeito e é essa esfera faltante da experiência com o objeto que é a Coisa. Isso significa dizer que o das Ding é o inassimilável da experiência de satisfação do humano e que, portanto, é aquilo que se mantém fora do tempo e do espaço, externo ao mundo sensível, da imaginação e, com isso, trata-se do que é impossível de ser representado.

Nesse contexto teórico, a arte, segundo Quinet (2003) e Lucero e Vorcaro (2013), é um modo de circundar o das Ding, expondo-o por meio da intenção de colocar um objeto em seu lugar. A partir desse entender, Lucero e Vorcaro (2013) apresentam a Coisa como um vacúolo, criado no centro do sistema de significantes, cuja aparição se dá pela arte, que expõe esse vazio a partir de novas construções simbólicas que escapam à significação comum, dando-lhe forma por meio do uso de objetos, letras, imagens e sons. Nesse sentido, dizer que a arte eleva um objeto à dignidade da Coisa é afirmar que o objeto da sublimação é, a partir de recursos simbólicos, construído de forma imaginária com a intenção de organizar e simbolizar o Real, explicitando uma falta que lhe é inerente.

Portanto, a sublimação implica em uma nova forma de lidar com o desejo, uma vez que, conferindo ao objeto o valor de representação da Coisa, expõe o vazio de das Ding, lançando mão de objetos que, mesmo incapazes de representá-lo, escancaram a sua presença. Como consequência, Lucero e Vorcaro (2013) afirmam que a arte traz à tona a sensação do estranho (Unheimlich). É que, a presença de um objeto onde nada se esperava encontrar, que preenche ilusoriamente o lugar da falta e, ao fazê-lo, permite a sua emergência, resulta em uma sensação em

que o sujeito se depara com algo estranho, mas familiar, algo que lhe remete a outra coisa, mas que é, para ele, desconhecida:

Na sublimação, a apresentação de um objeto não apreensível pela cadeia significativa presentifica a falta de das Ding, o real inapreensível pelos recursos simbólicos disponíveis ao sujeito. O objeto da arte preserva um vazio que resiste à simbolização e a experiência de encontro com esse objeto é semelhante ao que Freud descreveu como estranho: a sensação de que há algo de obscuro, há algo de muito familiar no sujeito refletido no objeto (p.07).

A partir dessa contextualização, torna-se possível compreender a percepção de Rivera (2007), para quem a arte apresenta um potencial de convocar o sujeito, produzindo-lhe as emoções mais fortes que a mente é capaz de sentir (o Sublime). Nesse sentido, quando a arte toca, ela captura, apresentando-se como uma armadilha ao sujeito que, em sua dor e beleza, se esconde de si: captura-se o outro no eu.

Em acordo, Nasio (2017) aponta a arte como responsável pelo despertar de emoções adormecidas, fazendo com que o espectador perceba aspectos de si que, naturalmente, não enxerga. O artista volta-se a seu inconsciente e, em uma tentativa de reproduzi-lo, constrói uma obra que adormece a consciência de quem a vê, tornando o espectador permeável tanto às excitações externas que ela produz, quanto às excitações internas advindas dos próprios impulsos desse espectador. Posto o artista como aquele que faz desperto o que os outros fazem nos sonhos, a arte passa a ser compreendida como um produto do olhar para o mundo interior (Nasio, 2017), sendo considerada uma fonte de conhecimento privilegiado do inconsciente (Guimarães, 2019):

Um artista é um homem que enxerga melhor do que os outros, mais longe que os outros, pois enxerga a realidade crua e sem véus (...). Aquele que violenta a linguagem, que desdenha do uso prático das coisas, buscando ver virginalmente a própria realidade, sem nada interpor entre ela e ele, este será um artista (...), que se dirige a uma profusão de pessoas, a todos nós, para nos fazer sentir emoções que, sonolentas em nosso inconsciente, esperavam o momento de eclodir (Nasio, 2017, p. 18/19).

Essa característica da arte é, para Rivera (2007) e Nasio (2017), o que a aproxima da psicanálise: ambas visam despertar efeitos de sujeito, convidando-o a uma (re)apropriação de si, relançando-o às suas próprias dores e chamando-o à sua própria história. Ambas, assim, convocam um retorno do sujeito, não daquele senhor da representação ou do Eu, senhor da sua própria casa, mas sim, do estranho que o habita, convocando a um “Re-Tornar-Se” (Rivera, 2007): “Isso que a psicanálise teoriza e promove, o descentramento do sujeito, a produção artística o efetua, em seu próprio campo” (p.07).

Por meio do entendimento do lugar que a psicanálise coloca a arte e as consequentes relações entre elas, começa a se evidenciar o modo como ambas as disciplinas dialogam no movimento de construção do campo teórico psicanalítico. Segundo Rivera (2007), Freud concede à arte, em destaque à literatura, um papel relevante na fundação da psicanálise, o que se evidencia na utilização da obra de Sófocles, *Édipo Rei*, para a elaboração de sua teoria da constituição do sujeito.

Nesse cenário, trata-se de um diálogo que não visa somente a utilização da obra como uma ilustração do que foi teorizado, mas sim um entrelaçamento que “constitui um momento originário da psicanálise e uma mola propulsora que permite que esta se expanda para além dos limites da psicopatologia, para além da terapêutica da histeria, para atingir um registro universal, da constituição do sujeito” (Rivera, 2007, p.05). No mesmo sentido, Guimarães (2019) afirma que a leitura psicanalítica da obra literária visa a construção de articulações ainda não produzidas pela clínica e, portanto, possibilita que a psicanálise encontre ação e subsídio na literatura.

De forma a resumir tais ideias e destacar a intersecção entre arte e psicanálise, se faz interessante recuperar a colocação de Souza (2022), que afirma que toda obra de Freud é marcada pela celebração de uma dívida para com os escritores, responsáveis, mesmo sem saberem, por um misterioso olhar e conhecimento sobre os fenômenos psíquicos e que, portanto, foram os inspiradores da teoria psicanalítica. O autor acrescenta, ainda, que a arte comove quem a acessa por tocar naquilo que é universal, forçando a todos a conhecerem a si mesmo, trazendo à tona conteúdos inconscientes. Nesse sentido, o artista trabalha com o entrelaçamento entre o particular e o universal e, expondo o das Ding, criam obras eternas, que comovem a todos de modo atemporal e que apresentam, sempre, pontos ainda não abordados. Por isso, a obra, inesgotável, está sempre aberta a interpretações. Este é o caso do conto *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa, descrito por Papette (2009) como

o conto mais famoso, talvez aquele de maior intensidade, mas sem dúvida alguma o mais críptico de “Primeiras histórias”. A partir deste conto é possível delinear várias interpretações, e é nele que mais forte é o estranhamento entre o desenrolar da história e a percepção da existência de algo mais, de fundamental por entre ou mais além das linhas (p.02).

Não é à toa que assim seja: como afirma Paulo Rónai (2001), Guimarães Rosa é um inventor de abismos que, por abordarem os grandes medos atávicos do homem - medos inerentes do humano, dos quais não há escapatória -, despertam, no leitor, calafrios reais. O poeta é, então, capaz de recuperar o homem humano, abordando impasses, dúvidas e dilemas que não são apenas dos personagens, mas universais, o que convoca e captura o leitor. Através, assim, de novas

articulações entre os significantes, expressa o inexpressável, construindo personagens que, em momentos de crise, se veem diante de fatos que dizem respeito a nossa própria limitação humana. Assim, buscando tocar, no momento da escrita, naquilo que foge à simbolização, Guimarães Rosa captura o leitor, fazendo-o se deparar com a “falta de lógica da existência, ou a angústia provocada pela insegurança da vida humana” (Ramos, 1983, p. 519).

Em especial, no conto *A Terceira Margem do Rio*, o estranhamento deriva do encontro do leitor com um pai que, sem dar explicações à sua família, manda construir uma canoa e, nela, passa a viver, toda a vida, pairando sobre um rio “grande, fundo, calado que sempre. Largo, de não se poder ver a forma da outra beira” (Rosa, 1988). Trata-se, então, de um pai que vai e que fica e que se afasta se mantendo perto: “Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais” (Rosa, 1988).

O narrador, filho e único que, próximo do rio, permaneceu, conta, permeado de culpa, os acontecimentos que sucederam a decisão daquele que o gerara. A estranheza da ação do pai - “a estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente” (Rosa, 1988) - gera um enigma que clama por ser decifrado, não apenas pela família e, principalmente, pelo filho-narrador, mas, porque é literatura, também aos leitores, “presas do que não se sabe, mas que solicita um sentido já a partir do título do conto: o que é, onde é a terceira margem de um rio? (...). E que sentido afinal tem o ato do pai, que tantos leitores vêm procurando decifrar?” (Mandelbaum, 2021, p.88). A intenção de decifrar e atribuir um sentido aos enigmas do conto rosiano evidenciam, como apontado por Rivera (2007), o poder da arte de tocar e capturar o leitor, expondo um estranho que, a partir da significação, se busca encobrir com o familiar e conhecido.

Por tocar e instigar quem o lê, *A Terceira Margem do Rio* movimentou vastos estudos, construindo uma riqueza crítica e interpretativa nos mais diversos campos teóricos, dentre eles, a psicanálise. Filgueira (2021) entende o conto como uma metáfora para a posição abolida do pai e para a suspensão de sua função, utilizando-o para explorar a posição e papel da figura paterna no enlaçamento com o infantil. Quintans (2022) questiona a validade, nos dias atuais, da desconsideração, por parte de Freud, do luto como um estado patológico, lançando mão do conto, também como metáfora, por ele apresentar o encontro entre vida e morte e ilustrar a longa e difícil tarefa de elaboração do luto. Mandelbaum (2021), tomando a família como espaço privilegiado de transmissão de informações geracionais, examina a cadeia de transmissões que envolvem o conto rosiano, aproximando-se da dialética entre permanência e mudança nele presente.

Barros (2015) busca compreender de que modo o trágico é apresentado no conto por meio da caracterização do narrador-personagem como um narrador trágico. Azevedo (2001) pensa a questão da transmissão do conhecimento psicanalítico e, para tanto, aproxima e compara a lógica do conto rosiano com algumas questões fundamentais à experiência analítica, colocando em cena, ao nível de enunciação, uma experiência de transmissão. Por fim, Scorsolini-Comin e Figueiredo (2018) analisa, a partir da tríade analítica autor, obra e público, as concepções de saúde e doença presentes em três contos rosianos, dentre eles, “A terceira margem do rio”, revisitando histórica e culturalmente as práticas dentro dos ambientes de cuidado em saúde mental. Neste trabalho, porém, A Terceira Margem do Rio será pensada a partir de outra perspectiva, fruto da intersecção entre o conto, a psicanálise e o conceito de necropolítica.

1.3. NECROPOLÍTICA

No cenário contemporâneo, é hegemônica a lógica neoliberal, que se caracteriza pela subordinação do poder político ao econômico. Como consequência, o sistema, submetido ao capital financeiro, utiliza-se do “autoritarismo e do punitivismo estatal como instrumento de garantia das grandes operações do mercado e para conter a violência gerada pelo aumento da desigualdade social que resulta inexoravelmente desse modelo econômico excludente” (Serrano, 2020, p.520). A partir dessa lógica, como afirma Safatle (2021), evidencia-se o silenciamento da oposição como condição para a implementação da liberdade do mercado. Portanto, faz-se necessário um Estado forte e que não apresente limites em seu dever de calar, de forma violenta, os que a ele se opõe. Ambos os autores, assim, entendem que o neoliberalismo não é, como muitos pensam, a redução do Estado ao mínimo, mas sim o seu triunfo.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2021) defende que o Estado neoliberal não pode ser descrito como “limitado” ou “ausente”, uma vez que se caracteriza, justamente, pela adoção de novas formas interventivas, ou seja, pela implantação de relações de dominação distintas e de modos de sujeição polimorfos. Franco (2021) também parte da concepção de que o ideário neoliberal ultrapassa a simples naturalização da exclusão e da violência e, assim, o entende como uma nova forma de dominação. Portanto, para o autor, o neoliberalismo se utiliza da ameaça e da precarização social e existencial para se valer, efetivando-se a partir da “gestão da precariedade do corpo do trabalhador, ameaçando-o com espectro da obsolescência e da impossibilidade de sobreviver” (p.10). Com isso, ele afirma que o neoliberalismo deve ser encarado como uma forma de racionalidade que se impõe e que busca adesão por meio da violência tanto do mercado quanto do Estado.

A partir disso, o Franco (2021), baseando-se nos conceitos de Mbembe, defende, em acordo com Serrano (2020), que o neoliberalismo se exerce pela dimensão da necropolítica, incidindo sobre os corpos por meio da destruição sistemática das condições de vida e da repressão brutal da pobreza:

A principal mudança entre o momento atual e a ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 é a escolha do inimigo. Enquanto na ditadura o inimigo era o militante comunista, que poderia estar inserido em qualquer classe social, hoje, o inimigo está socialmente localizado: é o pobre. Essa governança permanente de exceção dos territórios habitados pela pobreza, que retroalimenta o ciclo da violência, é a tradução daquilo que o pensador camaronês contemporâneo Achille Mbembe batizou de necropolítica, ou seja, da morte usada como forma de controle social (Serrano, 2020, p.114).

Para Almeida (2021), porém, a relação entre neoliberalismo e a necropolítica, conceito de Mbembe, é mais estreita: de acordo com a leitura do jurista, a insuficiência da *biopolítica*, de Foucault, deriva justamente do fato dele não englobar as dimensões que a ascensão do neoliberalismo provocou no exercício da soberania. Nesse viés, a formulação da ideia de necropolítica visa abarcar “como a governamentalidade e suas tecnologias se impõem diante das mudanças na forma de reprodução social do capitalismo, no caso, as mudanças provocadas pelo neoliberalismo” (p.01). A partir dessa leitura, Almeida conclui que

A governamentalidade neoliberal é a necropolítica, um *necroliberalismo* (Mbembe, 2020). A necropolítica é a forma de exercício da soberania que se funda na expansão da lógica colonial, tendo em vista que a reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida econômica se estabelece com a constante depreciação da vida material, com o aprisionamento do desejo na forma de mercadoria e com a financeirização de todos os âmbitos da vida. Se no neoliberalismo a condição para o exercício da soberania é a constante reivindicação do direito de matar, o *negro* – esse sujeito gestado para a morte no leito do colonialismo – se afirma como a referência da forma universal do sujeito no neoliberalismo (p.09).

Essa conclusão é baseada, principalmente, nas ideias desenvolvidas em duas obras de Mbembe: *Crítica da razão negra* (2014) e *Políticas da inimizade* (2017). Em ambas, o filósofo aponta que a necessidade de um novo conceito advém das metamorfoses nas relações de poder desencadeadas pela etapa neoliberal do capitalismo, sendo destacadas duas mudanças na governamentalidade contemporânea: a expansão da lógica colonial e a universalização da condição negra.

O regime colonial, segundo Mbembe (2020), instaura uma forma peculiar de terror, caracterizado pela união do biopoder, estado de exceção e de sítio, além de ser notório o seu funcionamento baseado na segregação: “O princípio da segregação estava na gênese do empreendimento colonial. Em grande medida, colonizar consistia num trabalho permanente de

separação - de um lado, meu corpo vivo e, de outro, todos esses corpos-coisas que o rodeiam.” (Mbembe, 2020, p.81). Nesse cenário, a partir da legitimidade concedida pelo estado de exceção e de sítio, conjuntamente com a prática segregatória - oriunda do racismo de Estado -, inauguraram-se formas de governo baseadas no terror e no exercício permanente da morte.

Nesse sentido, “no governo pelo terror, a questão não é tanto reprimir e disciplinar, mas matar, seja em massa ou em pequenas doses” (Mbembe, 2020, p.65)”. Ou seja, a governamentalidade desenvolvida no colonialismo não se reduz ao fazer viver e deixar morrer da biopolítica, tratando-se, por outro lado, de um necropoder, cuja forma de exercício soberana manifesta-se, principalmente, na capacidade de “definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe, 2018, p.39). A partir disso, o autor aponta que as novas tecnologias de destruição não focalizam mais a inscrição dos corpos em aparatos disciplinares, mas sim, na ordem da máxima economia, cuja representação é pelo massacre.

O colonialismo, portanto, é compreendido como uma forma de dominação, ou seja, como uma experiência gênese de um modelo administrativo e de uma tecnologia de gestão, que apresenta como forma de funcionamento a produção sistemática da morte: a necropolítica. Mbembe, então, define o conceito como o poder da morte, exercido sobre e por meio do corpo e, assim, pela capacidade de fazer morrer, ou seja, o poder se manifesta tanto pela produção da morte quanto pela destruição progressiva dos corpos. A partir dessa lógica, o autor (2020) reflete sobre a implicação do colonialismo na constituição dos dispositivos de sujeição e dominação presentes na sociedade atual: as conquistas coloniais foram campos privilegiados de experimentação, que, portanto, abriram caminhos para a guerra desregrada e, conseqüentemente, para o surgimento da lógica e da técnica que culminaram nos campos de concentração e nas ideologias genocidas da modernidade.

Evidencia-se, assim, que o filósofo compreende que o sistema colonial inaugurou uma forma de governo cujas práticas transcendem o território da colônia, encontrando-se inscritas na governamentalidade das democracias atuais. Em específico no sistema neoliberal, tal relação colonial é reintroduzida de forma global por aquilo que Mbembe denomina de Universalização da condição negra. Segundo o autor (2018/2020), a condição de corpo-coisa cujo o corpo negro foi submetido durante o colonialismo é, no neoliberalismo, universalizada, atingindo todas as humanidades subalternas:

Assistimos agora a uma tendência de universalização da condição que antes era reservada aos negros, mas sob a forma da inversão. Essa condição consistia na redução da pessoa humana a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que se pudesse vender, comprar ou possuir. A

produção de ‘sujeitos raciais’ prossegue, é claro, mas sob novas modalidades (Mbembe, 2020, p.196).

Com isso, os riscos que atingiam apenas o negro escravizado foram democratizados, estendendo-se a toda humanidade que, atravessadas pelas exigências da reprodução econômica da etapa neoliberal, é reduzida a corpos manipuláveis, sendo segregada a depender de sua relevância para a lógica político-econômica vigente. Desde a colonização, assim, a “cisão da humanidade em populações ‘úteis’ e ‘inúteis’, ‘excedentes’ e ‘supérfluas’ permaneceu como regra, aferindo-se a utilidade, fundamentalmente, pela capacidade de empregar a força de trabalho” (Mbembe, 2020, p.27/28).

A partir dessa lógica, o neoliberalismo é compreendido pelo autor como um sistema em que a tragédia da multidão é “não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma ‘humanidade supérflua’, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital.” (Mbembe, 2018, p.15/16). O *necroliberalismo*, escancarando a governamentalidade e a tecnologia de poder do colonialismo, é, então, um modelo em que o Estado de exceção se tornou permanente e, portanto, se mostra como um mundo

dividido hierarquicamente, onde e no qual, apesar de ser o objeto de piedosas declarações, a ideia de uma condição humana comum continua longe de ser admitida na prática, diversas formas de apartheid, de exclusão, de destituições estruturais substituíram as antigas divisões propriamente coloniais. Como resultado, na maior parte do tempo, processos globais de acumulação por expropriação, novas formas de violência e iniquidades engendradas por um sistema econômico mundial cada vez mais brutal se generalizaram, abrindo caminho a inúmeras figuras inéditas da precariedade e comprometendo a capacidade de muitos de continuarem a ser senhores da própria vida (Mbembe, 2018, p. 279/280).

A discussão sobre os entrelaçamentos entre a necropolítica e o neoliberalismo é enriquecida pelo filósofo e psicanalista Fábio Luis Franco, que se volta às articulações viscerais entre o neoliberalismo autoritário e a necropolítica a fim de evidenciar como elas apresentam não apenas efeitos sobre o corpo mas, também, consequências subjetivas. É que, segundo o autor, a morte é um elemento que delimita a condição possível de vida e, nesse sentido, gerir aquilo que envolve a primeira, é gerir o que permeia a segunda. Com isso, por meio da leitura de diversos autores, dentre eles Mbembe, Franco (2021) analisa os dispositivos necrogovernamentais como mecanismos que, para governar os vivos, gerem os corpos mortos.

O autor entende que, por meio da governamentalidade, a política trabalha atribuindo diferentes sentidos para a vida e a morte e, assim, as transformações políticas e sociais e as técnicas de dominação delas resultantes, desencadeiam diferentes significados para ambas. No

sentido contemporâneo, a morte engloba o desaparecimento e, assim, o controle sobre a morte se efetiva não somente por meio da gestão das formas do morrer, mas também, pela da administração dos destinos dados aos corpos. Trata-se, portanto, de um controle que governa “a morte em seus mais ínfimos detalhes, desde o recolhimento dos corpos, passando pela produção institucional do morto, com seus registros e atestados, até o sepultamento do cadáver” (p.84).

Contudo, o desaparecimento consiste não apenas em ocultar corpos mortos mas, também, esvaziar sua existência e, nesse sentido, apagar, do discurso social, histórias e narrativas de sofrimento e resistência. Ocultando aquilo que o corpo poderia contar e desaparecendo com a vida do sujeito, camufla-se tanto a sua história quanto a do país. Além disso, essa forma de administrar a morte, para o autor, se traduz em um controle sobre quais mortes são dignas de serem pranteadas pela sociedade e quais irão desaparecer sem deixar rastros. A partir dessa “escala de lutos” (p.101), determina-se quais vidas são reconhecidas como dignas (a ponto de poderem ser lastimadas) e quais outras podem ser expostas à morte sem que causem uma perda, deixando de despertarem pena ou comoção:

A gestão dos mortos e da sua possibilidade de luto tem efeitos sobre quais existências queremos reconhecer como dignas de vida e quais outras podemos expor à violência e à destruição sem que sintamos sua perda. (...). No exercício da negrogovernamentalidade, o que a administração política da morte e dos rituais que a acompanham visa é desrealizar e fazer desaparecer certas formas de vida. Assim, impedir que certas vidas sejam enlutáveis, tornando suas perdas irreais, é o mesmo que as suprimir do conjunto daquelas existências às quais nos consideramos ligados e cuja morte é capaz de nos transformar de maneira imprevisível. Em outras palavras, essas vidas não possuem a mesma qualidade de outras, são vidas indignas de ser vividas, cuja extinção pouco ou nada afeta os sujeitos e sua comunidade (p.108).

Franco (2021) destaca, também, que, por meio da distribuição diferencial do luto, os dispositivos negrogovernamentais mobilizam, sobre as subjetividades viventes, uma política de terror e melancolia. A dessubjetivação dos mortos, assim como a consequente recusa da possibilidade de serem pranteados pelos que permanecem vivos, impossibilita a realização do luto. Esse processo induz, naqueles que se identificam com essas mortes ou com o que elas simbolizam, a produção de formas melancolizadas de subjetividade, por meio das quais a dominação ocorre de modo sutil e efetivo. O poder, assim, melancoliza para governar:

A distribuição desigual do luto é condição para que o poder administre os sujeitos políticos por meio da generalização de respostas melancolizadas a situações de perda. Nesse sentido, podemos sustentar que a melancolização é uma patologia do social da gestão governamental. Uma patologia do social consiste numa forma de funcionamento social a partir da gestão do sofrimento psíquico (p.110).

Evidencia-se, também, a partir dos pontos levantados por Franco (2021), que o fazer morrer vai além da morte biológica, não se resumindo na aniquilação, assassinato ou execução da vida: “Mbembe percebeu que é próprio das tecnologias necropolíticas gerir o sofrimento dos corpos, fragmentado a morte em uma miríade de pequenas mortes, um morrer a conta-gotas, com o qual a dominação se intensifica e se perpetua” (p.34). Nas palavras de Mbembe (2016), o poder visa, no mundo contemporâneo, a destruição das pessoas e a criação de “mundos de morte” (p.146), ou seja, incomparáveis formas de existência social em que a população se encontra submetida a condições de vida que lhe confere o status de morto-vivo.

Com o intuito de exemplificar aquilo que denomina de Morto-vivo, Mbembe (2016) recupera a condição do escravo, cuja humanidade aparece, nas palavras do autor, como uma sombra personificada: a trílice perda a qual o escravo é submetido (lar, direitos sobre o seu corpo e estatuto político) equivale a uma dominação absoluta, a uma alienação de nascença e a uma morte social (expulsão fora da humanidade) e, com isso, trata-se de uma vida que, em diversos aspectos, se configura como uma forma de morte-em-vida.

Baseando-se nas reflexões propostas por Mbembe, compreende-se a Morte em vida como a impossibilidade, por parte do sujeito, de se projetar para além de si, de se imaginar como algo para além do que já se é. Trata-se de uma morte no sentido existencial: uma morte das possibilidades e do futuro e, com isso, uma condenação à repetição do presente, que impossibilita uma vida diferente daquela que já lhe foi imposta. Tal violência não opera somente pela imposição da morte em vida ao outro, mas, também, com a interiorização, por parte desse outro, dos termos a ele designados, fazendo-o habitar tal lugar e, assim, muitos acabam “por se acomodar a essa realidade e por se reconhecer na sina que o nome lhes impingiu (...), assumindo algo do qual originalmente não foram os criadores” (Mbembe, 2018, p.263).

É, portanto, uma vida impossibilitada de ser vivida, um viver que é constantemente lembrado de que a vida não tem valor, de que se trata de uma vida indigna de ser experimentada: são as vidas que existem “nas lacunas dos discursos políticos dos estados democráticos de direito” (Franco, 2021, p.95). Evidencia-se, enfim, que a sociedade contemporânea, administrada pelo terror e regida pela lógica neoliberal, manifesta um poder soberano que fabrica

toda uma série de pessoas que, por definição, vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida - pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte, em contradições em que a própria morte tende cada vez mais a se tornar algo espectral, tanto em termos de como é sofrida quanto pela forma como é infligida. Vida supérflua, portanto, essa cujo preço é tão baixo que não possui equivalência própria, nem em termos mercantis e muito menos em termos humanos; essa espécie de vida cujo valor está fora da economia e cujo único equivalente é o tipo de morte que lhe pode ser dominada. De regra, trata-se de uma morte à qual ninguém se

sente obrigado a reagir. Em vista desse tipo de vida ou desse tipo de morte, ninguém sente nenhum senso de responsabilidade ou justiça. O poder necropolítico opera por uma espécie de reversão entre a vida e a morte, como se a vida não fosse outra coisa senão o veículo da morte (Mbembe, 2020, p.68).

2. MÉTODO

Ao apontar uma incompatibilidade entre o objeto e o método psicanalítico e o científico, Sampaio (2006) afirma a distinção entre a psicanálise e a ciência. Não sendo, então, uma ciência, a psicanálise é definida pelo autor como uma atividade prático-poiética. Isso significa afirmar que ela cria o seu objeto ao se voltar a ele com o fim de compreendê-lo, além de indicar que os conceitos propostos não são unívocos ou operatórios, mas sim dialéticos e filosóficos. Nesse sentido, o autor aponta a psicanálise como uma prática criativa em que se procura pelo o que não está anteriormente visível ou, como afirma Rosa (2004), em que se busca pelo Não-Dito.

Esta investigação, porém, não se restringe à situação analítica, uma vez que, segundo Violante (2000), tudo o que é humano, por trazer a marca do inconsciente, é, em última instância, interessante à psicanálise. Uma vez que as manifestações do inconsciente não são restritas à prática clínica e que o inconsciente está presente como determinante nas mais diversas manifestações humanas, culturais e sociais, Rosa (2004) aponta a transferência como um instrumento e um método que não se restringe apenas à situação de análise.

A prática psicanalítica, então, ultrapassa os limites da clínica e alcança o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, campo de estudo que a autora denomina de psicanálise extramuros ou em extensão e que Freud chamava de pesquisa aplicada. Rosa (2004), ao apontar que relações com outras ciências e associações entre o sujeito e a sociedade ocorreram tanto em Freud quanto em Lacan, ilustra que a articulação entre o indivíduo e o campo sociopolítico sempre esteve presente na trama teórica e clínica da psicanálise. Para a autora, a importância em realizar tal articulação consiste em apontar padrões, estruturas e correlações que, uma vez estabelecidas, podem se constituir como guia para percepções de algo equivalente no trabalho clínico.

As articulações possíveis de serem realizadas com a psicanálise, porém, não se resumem aos fenômenos sociais, abrangendo, também, o campo artístico. Como aponta Rivera (2007), o diálogo entre a psicanálise e a arte existe desde o fundamento da teoria psicanalítica, possibilitando a construção e o desenvolvimento deste campo teórico. Trata-se, segundo Guimarães (2009), de um entrelaçamento entre as áreas e, portanto, não se resume no uso, pela psicanálise, de obras de arte como exemplificação de uma teoria. Diz respeito, na realidade, de um diálogo entre dois campos que, a partir de diferentes perspectivas, refletem e que geram reflexões sobre problemáticas do homem e da sociedade. Nesse sentido, a conversa com as produções artísticas permite que a psicanálise se expanda e entre em contato com articulações apenas possíveis pela linguagem privilegiada da arte que, na arte da linguagem, segundo Coutinho (1983), é a poética.

Considerando os pontos supracitados, o presente trabalho estabelece relações e articulações entre o campo da psicanálise, da arte da linguagem e da sociedade a partir do entrelaçamento entre a teorização da necropolítica, os conceitos psicanalíticos e o conto *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa. Objetiva-se, a partir desse diálogo, compreender quais as consequências na formação subjetiva e no sofrimento daqueles submetidos a um governo que opera a partir da necropolítica e gera vidas sob a forma de morte em vida. Posto isso, realizou-se uma pesquisa com psicanálise que, para Aguiar (2006), é aquela que promove interações entre a psicanálise e outras áreas, confrontando os discursos mantidos por diversas disciplinas sobre um mesmo objeto e articulando estratégias e categorias psicanalíticas com as de outras abordagens. Retomando Mijolla-Mellor, Aguiar afirma que o termo ‘interação’

sublinha que, antes de interessar os outros campos do saber ou da cultura, a própria psicanálise está interessada nesses campos, na medida em que eles são parte constitutiva dela própria. Tomada assim, a aplicação da psicanálise fora do campo do tratamento não é uma ocupação estéril ou um exercício arriscado e perigoso no qual não se encontraria nada além do já posto desde o início. (p. 126).

Assim, intui-se a elucidação das questões e problemas que envolvem a articulação do sujeito com a sociedade vigente, tomando como recorte a sua gestão necropolítica. Para tanto, o presente trabalho efetuou uma pesquisa teórica em que foram realizadas leituras históricas, problematizantes e interpretativas dos textos (Aguiar, 2006). Ademais, conservou-se uma postura de pesquisadora enquanto criadora, alguém que está sempre em busca de respostas para um verdadeiro problema e que, para encontrá-las, não impõe questões próprias aos textos lidos, mas sim, identifica as questões apontadas por eles (Garcia-Roza, 1991).

Busca-se, então, pelo Não-Dito existente na atual conjuntura caracterizada pela necropolítica e imprime-se um recorte psicanalítico que retoma esse tema a partir da função do sujeito em psicanálise. Com isso, além de fornecer ao tema certa singularidade, supriu-se a exigência colocada por Violante (2000) para as pesquisas psicanalíticas ao problematizar o objeto de estudo de tal forma que apenas a psicanálise possa fornecer as respostas, tornando-a imprescindível para o estudo.

3. MORTE EM VIDA E O DESAMPARO DISCURSIVO

Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior: É o que a vida me ensinou.

João Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas

Em um contexto necroliberal, cuja necropolítica é estabelecida como forma de governamentalidade, o exercício da soberania, fundado a partir da expansão da lógica colonial e da universalização da condição negra, se revela por meio do poder de gestão dos corpos para a morte. Instaure-se, com isso, um governo pelo terror, capaz de fazer morrer. Contudo, tal qual demonstra a condição dos escravos no período colonial, universalizada na contemporaneidade, a morte vai além de um fim biológico, de modo a englobar formas de anulação da vida.

Nesse sentido, a necropolítica opera de forma a submeter os indivíduos a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos, vivenciando diferentes formas de morte em vida. Trata-se, a partir desse viés, de uma morte existencial em que o sujeito interioriza termos a ele designados, habita lugares que lhe foram atribuídos e, assim, assume um destino que não criou, de modo a ser impossibilitado de se imaginar e se projetar para além do que já lhe foi dado.

Haja vista que as articulações entre o neoliberalismo e a necropolítica não apresentam apenas efeitos sobre os corpos mas, também, consequências subjetivas, questiona-se qual o tipo de subjetividade é formado pela lógica negrogovernamental que gera mortos vivos. De modo específico, quais consequências subjetivas derivam da submissão de indivíduos a condições que os matam em vida, dificultando os seus sonhos.

Com a intenção de responder tal questionamento, faz-se necessário retomar as ideias desenvolvidas por Rosa, em artigos individuais (2022) e em produções conjuntas, com autores como Estêvão e Braga (2017, 2018, 2018). Em todos artigos, objetiva-se explorar, a partir da psicanálise, como a condição de exclusão social influencia na constituição do sujeito e de seu sofrimento.

Nas produções teóricas lacanianas, conferindo, aqui, destaque ao escrito Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1998), o campo da linguagem, que engloba o discursivo, é responsabilizado pela introdução do homem na cultura e, portanto, é evidenciado como condição constitutiva do sujeito e da civilização: “Ninguém deve desconhecer a lei: essa fórmula, transcrita do humor de um Código de Justiça, exprime no entanto a verdade em que nossa experiência se fundamenta e que ela confirma. Nenhum homem a desconhece, com efeito, já que a lei do homem

é a lei da linguagem” (Lacan, 1998, p.273). A partir disso, Rosa, Estêvão e Braga (2017) compreendem que os laços sociais são fundamentados pela linguagem, o que a permite afirmar que a lógica do significante ordena tanto o sujeito como as suas relações.

Uma vez que fundamentados pela linguagem, os laços sociais tornam-se laços discursivos, que englobam a relação do sujeito com o seu semelhante, com o Outro e com o gozo. Os laços discursivos, portanto, inserem o sujeito nos jogos afetivos, libidinais, relacionais e políticos, sendo base para a construção histórica do ser e se dando dentro do campo discursivo de seu tempo. Evidencia-se, com isso, a afirmação de Rosa (2022) de que o campo discursivo transcende a dimensão individual, não influenciando apenas a economia psíquica do sujeito, suas fantasias, desejos e formações inconscientes, mas também as relações interpessoais e os modos de pertença no campo social. Assim, a dimensão discursiva indica as formas possíveis de pertencimento, atribuindo a cada indivíduo, um lugar no laço social.

O sujeito, então, surge a partir do laço discursivo, sendo, como clarifica Braga e Rosa (2018), nomeado a partir de uma extensa possibilidade de significantes, marcados pelo contexto em que estão inseridos. Estes, além de demarcarem o que é proibido e o que é admitido, fornecem, ao sujeito, um vasto repertório para significar, interpretar e ver a sociedade. Reforça-se, assim, o fato de que os significantes atribuídos aos sujeitos se articulam não somente ao campo pulsional, mas estão, também, articulados à dimensão social e histórica. Lacan explora, também no escrito *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1998), o modo como os significantes são atribuídos ao sujeito desde antes de seu nascimento, bem como os limites dessa “determinação”:

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo ‘em carne e osso’; trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado de seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele ainda não está e para-além de sua própria morte (...) Servidão e grandeza em que se aniquilaria o vivente, se o desejo não preservasse seu papel nas interferências e nas pulsações que fazem convergir para ele os ciclos da linguagem, quando a confusão das línguas mistura-se a eles e as ordens se contrariam nas dilacerações da obra universal (p. 270).

Sobre os limites das “determinações” significantes, Braga e Rosa (2018) apontam que as nomeações atribuídas ao sujeito não são próprias dele, sendo circulares. Isso significa afirmar os significantes como representações sociais e políticas identificatórias e não como categorias identitárias fixas. As autoras (2018) fundamentam essa percepção pelo viés psicanalítico de que o sujeito é singular e não individual, de modo que os processos identificatórios se vinculariam, sempre, com etapas de desidentificação. Assim, cria-se um movimento oscilatório em que o sujeito se encontra no outro, etapa de alienação necessária e constituinte, mas dele se afasta, visto a

identificação como insuficiente para respondê-lo sobre quem ele é: o sujeito nunca é igual a outro e nem a si mesmo. É esse movimento que permite ao sujeito não se transformar e não ser transformado nos significantes que a ele são atribuídos, impedindo-o de ser cristalizado em uma única identidade.

Como exposto anteriormente, porém, Mbembe descreve um fenômeno contrário ao apontado pelas autoras: na sociedade contemporânea, é hegemônico um discurso necropolítico que opera não somente por meio da morte biológica, mas também a partir da morte em vida. No segundo caso, há a imposição social de significantes a sujeitos marginalizados, que os interiorizam e passam a se reconhecer, além de serem reconhecidos, a partir deste único lugar. Origina-se, então, mortos vivos, indivíduos que vivem na impossibilidade e na privação de futuros, de se projetar para além do que já se é: presos nos significantes que lhe atribuíram, se apresentam para a sociedade não como os sujeitos singulares que são, mas a partir de uma identidade cristalizada, portanto, rerepresentando-se, sempre, em uma repetição infinita do presente. Nas palavras do autor:

Ao se deixar representar, ele se priva da capacidade de criar, para si mesmo e para o mundo, uma imagem de si mesmo. Ele é obrigado a assumir uma imagem contra a qual terá que lutar incessantemente. Ele é o homem que se digladiava com uma imagem com a qual está ornado; da qual precisa se livrar; da qual não é o autor e na qual não se reconhece. A partir daí, em vez de ser 'totalmente o que é' se é que isso é possível, ele está condenado a viver sua consciência como uma carência. (...) Há de fato uma forma de representar o Outro que o esvazia de qualquer substância e o deixa sem vida, 'em corpo a corpo com a morte, uma morte aquém da morte, uma morte na vida' (Mbembe, p.143, 2020).

Apesar de não se desenvolverem a partir da perspectiva e conceitos de Mbembe, as reflexões de Rosa, Estêvão e Braga não ignoram esse fenômeno, compreendido e denominado no presente trabalho como Morte em vida. As autoras constroem, assim, análises que permitem pensá-lo a partir da teoria psicanalítica. Rosa (2022) discorre a partir do fato de que os laços sociais, enquanto discursivos, são carregados de interesses políticos e econômicos, devendo ser contextualizados, como já afirmado, social e historicamente. A civilização fornece proteção e pertença na vida comum, mediante a imposição de restrições ao homem no que tange a sua sexualidade e agressividade. Haja vista, porém, uma sociedade desigual, o preço a ser pago pela civilização é, também, desigual: apesar de todos sofrerem restrições pulsionais, para uma parcela da população há mais proteção e pertença e menos restrição e, para a outra, há uma inversão desse quadro.

Posto que a dimensão discursiva indica possibilidades de pertencimento na sociedade e visto seu atravessamento por interesses políticos e econômicos em uma sociedade desigual e cujo discurso hegemônico visa a manutenção do poder, trata-se de uma rede discursiva que atribui, aos

indivíduos, lugares e posições desiguais no laço social (2018). É, então, segundo as autoras, distribuído, não de forma aleatória, posições de “visibilidade e invisibilidade, de valor e desvalor, de condenação ou exaltação, de proibições e de acesso não só aos bens, mas à subjetividade, ao afeto, ao questionamento, ao prazer e ao gozo” (p.03).

Rosa (2022) afirma que essas posições retratam um discurso dominante que marca o sujeito e lhe atribui supostas identidades que o desqualificam, aprisionando-o em uma zona intermediária, em que, apesar de não se encontrarem excluídos totalmente, se apresentam longe da centralidade. Nela, ele, em suspensão, fica invisibilizado e, simultaneamente, bastante visível, ao passar a ser reconhecido a partir de um único nome a ele fixado e que o desvaloriza socialmente.

Se, como afirmado acima, o sujeito é sempre singular, multifacetado e contraditório, o efeito da rede discursiva que acorrenta alguns em significantes determinados, engessando-os, revela uma forma de violência e dominação: são negadas as infinitas possibilidades de reconhecimento e inscrição do sujeito na rede discursiva, sendo-lhes reconhecido apenas um lugar, que os desvaloriza (Rosa, 2018). Os subjugados são nivelados de modo que sua dimensão plural desaparece, restando apenas aquilo que a eles foi atribuído. Aprisionando-os em uma identidade que não metamorfoseia, sempre idêntica a si mesma, os sujeitos são condenados à repetição e impedidos de experimentar o inesperado e de usufruir do encontro com o desconhecido, tanto no outro quanto em si mesmo: Tratam-se de “nomeações vindas do discurso social que se apresentam como certezas e nomes definitivos que funcionam como sentenças de condenação a uma vida tida como desprovida de direitos e de prazer, de valor e de dignidade” (Rosa, 2018, p.08).

Portanto, visando a manutenção e concentração do poder, o discurso social empobrece e desertifica o campo discursivo e pulsional, provocando uma aridez nas opções de significantes possíveis de serem empregados para a identificação do sujeito e para a nomeação de suas experiências (Rosa, 2018). Esse efeito alienante, afirmam Rosa, Estêvão e Braga (2017), se baseia em um equívoco, em que o discurso dominante se apresenta ao sujeito enquanto discurso do Outro e, disfarçando-se de Outro consistente/não-castrado, mostra-se como aquilo capaz de recobrir por inteiro o real, impossibilitando o enigma, a singularidade e a polissemia da palavra. Com isso, as atribuições de significantes ao sujeito são naturalizadas e, inviabilizando processos sociais e políticos, o discurso se apresenta, com uma suposta neutralidade, como emissário da verdade.

Nesse sentido, como desenvolve Rosa (2018), o discurso social que, a partir de nomeações, condena o sujeito a uma existência que o desqualifica o faz por ser confundido com o campo do Outro, ou seja, com o campo da linguagem, de onde surgem os significantes que nomeiam o sujeito desde antes de seu nascimento e, portanto, trata-se do campo no qual o sujeito

se constitui. Desse modo, apesar do discurso hegemônico não recobrir o campo do Outro, ele se apresenta como se o fizesse, enredando a alienação estruturante do sujeito ao discurso do Outro com a alienação ao discurso social e ideológico (Rosa, 2022).

Como resultado da aridez de significantes, a qual uma parcela da população é condenada, o sujeito é deslocado de sua história pessoal, sociocultural e política e, com isso, é destituído do seu lugar discursivo. Como aponta Rosa (2022), a desigualdade e a exclusão impedem a inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido, o que gera estranhos, pessoas capazes de tornar visível o que o discurso pretende manter oculto: denunciam, com a sua presença, aquilo que lhes é negado na possibilidade narrativa e, com isso, são aqueles que, presos em um espaço de visibilidade e invisibilidade, precisam ser apagados e calados, mortificados e anônimos, para que assim, o mundo possa continuar sendo apresentado como o único possível, um ideal imutável.

Como consequência do equívoco alienante, então, há o apagamento da força discursiva daqueles que ocupam lugar de resto no campo social e sobre quem recai os discursos alienantes, identitários e inferiorizantes. Isso, afirma Rosa, Estêvão e Braga (2017), faz com que um desamparo discursivo se some ao desamparo social. Segundo a autora, o desamparo discursivo nomeia a fragilidade das estruturas discursivas que suportam o laço social, aquilo que rege a circulação de valores, ideias e tradições culturais e que resguarda o sujeito do real.

Desse modo, Rosa (2022) defende que, em cenários em que há a desertificação e desqualificação do discurso do sujeito, ele é silenciado, lançado ao não senso e, sem poder nomear e sendo nomeado, passa a ter dificuldade de reconhecer e ter reconhecido o seu sofrimento, sua verdade e seu lugar no laço social e discursivo. Torna-se, assim, inteiramente culpabilizado por condições que são social e pluralmente determinadas. O desamparo discursivo se refere, portanto, a um silenciamento de modalidades de sofrimento, advindas do lugar em que as pessoas são colocadas no laço social: posições desqualificadoras que retiram o sujeito de seu lugar de fala.

Em suma, Rosa (2022) defende a capacidade do discurso social de promover laços sociais dessubjetivantes, submetendo o sujeito à maquinaria do gozo de seu tempo histórico: pelo equívoco alienante, os sujeitos são submetidos aos significantes que lhes são atribuídos como verdades incontestáveis, perdendo a possibilidade de se manterem como múltiplos e contraditórios, além de terem sua força discursiva apagada, assim como sua história pessoal, sociocultural e política. Destituído do campo discursivo e preso a certos significantes que o desvalorizam, o sujeito passa a ser culpabilizado pela sua condição social e pluralmente determinada, invisibilizando os conflitos gerados pelo laço social e, com isso, individualizando e naturalizando

questões sociais. Daí decorre o desamparo discursivo e o silenciamento do sofrimento registrado a partir de enfoques discursivos que retiram sua mensagem, gerando repercussões sobre o narcisismo, as identificações, o luto e os afetos, como o amor, o ódio, a ignorância e a culpa.

3.1. MORTOS VIVOS EM A TERCEIRA MARGEM DO RIO

Com a finalidade de refletir a respeito do sofrimento, do desamparo discursivo e das repercussões que decorrem da submissão de certos indivíduos à significantes que os desvalorizam - fenômeno compreendido, no presente trabalho, a partir da percepção de Mbembe de Morte em vida -, pensar-se-á o conto *A Terceira Margem do Rio*, escrito por João Guimarães Rosa. A leitura se dará, portanto, à luz das considerações possibilitadas pelas intersecções dos pensamentos até aqui percorridos de Achille Mbembe e Miriam Debieux Rosa, de modo a abordar o conto como uma metáfora do funcionamento de um necropoder que opera matando em vida, buscando, assim, elucidar, a partir do conto, os efeitos subjetivos da morte em vida.

Antes, porém, se faz necessário retomar a concepção de Arte para a psicanálise e, mais ainda, pensar como a produção de João Guimarães Rosa pode se constituir como uma ferramenta de análise da governamentalidade necropolítica contemporânea. Como já antes aprofundado, Quinet (2003) e Lucero e Vorcaro (2013) defendem a capacidade das produções artísticas de circundar a Coisa (das Ding), a parte irrepresentável da experiência de satisfação do humano. Dando-lhe contornos a partir de novas construções simbólicas, a arte, em uma tentativa de organizar e simbolizar este real inassimilável, estabelece pontes com o vazio, expondo-o.

O artista, então, evidencia-se, como aponta Rivera (2007) e Nasio (2017), como aquele capaz de ver além, percebendo elementos que outros não notam e, assim, buscando se aproximar de uma percepção da realidade que seja crua e sem véus. Trata-se de um olhar que distingue, aponta e procura, como é claro na epígrafe da obra *A Relíquia*, de Eça de Queiroz, que revela a percepção do artista sobre haver um real que se busca tocar em sua produção: “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”. Como poeta, Guimarães Rosa conserva um olhar que mira e vê, trabalhando com a arte da linguagem a partir da percepção de que a língua e a vida são uma só e mesma coisa, a primeira brotando da segunda e dela nunca mais se separando (Coutinho, 1983).

Na arte da linguagem, segundo Coutinho (1983), há a predominância da linguagem poética, caracterizada por explorar a potencialidade das palavras, aventurando-se nos seus variados significados e, ao fazê-lo, transcende o conceito, que surge e desperta para além do usual: “A

missão do poeta é, então, explorar o inexplorado, ou em outras palavras, descobrir esta linguagem e revelá-la. E como a linguagem para Rosa é a expressão da vida, meditando sobre ela, o homem descobre a si mesmo” (Coutinho, 1983, p. 207). Explorando, assim, as possibilidades da língua, Guimarães Rosa aborda o homem, sua vida e, conseqüentemente, seus conflitos. Os sertões e personagens rosianos, portanto, não correspondem a um espaço geográfico delimitado, mas ao mundo e aos homens todos, como expressa Riobaldo, personagem-narrador de Grande Sertão: Veredas, o sertão de que(m) Guimarães poetisa é dentro da gente.

O autor literário, portanto, pesca um dentro e fora da gente ao tentar tocar, no momento de sua escrita, naquilo que escapa da simbolização da linguagem. Guimarães, “assim como procura desvendar nas desgastadas palavras de todos os dias a sua latente expressividade, lança-se inteiro na ansiosa busca do humano, oculto na brutal mediocridade da massificação” (Ramos, 1983, p. 515). Consolida-se, a partir disso, uma conversa com os textos psicanalíticos: ambos pensam e despertam reflexões sobre as problemáticas do homem e da sociedade. Guimarães, porém, o faz a partir de uma outra perspectiva, privilegiada, uma vez que se utiliza da linguagem poética:

Para Guimarães Rosa, é mediante a criação da linguagem que o poeta renova o mundo. E, desse modo, todo verdadeiro poeta é também um revolucionário, porque ao libertar a língua da estrutura tradicional, estará automaticamente liberando o homem de suas categorias arcaicas de pensamento e o estará induzindo a enxergar a nova realidade de seu tempo (Coutinho, 1983, p. 207/208).

O privilégio da perspectiva rosiana a respeito do homem e da sociedade é ainda mais reforçado pela capacidade do autor de dar voz às pessoas comumente invisibilizadas e marginalizadas (Rónai, 2001), indivíduos colocados na posição de resto no discurso social e, por isso, postos em um espaço de presença-ausência social. São personagens, além disso, que enfrentam algum momento de crise: “O escritor enfrenta-as em geral num momento de crise, quando, acuadas pelo amor, pela doença ou pela morte, procuram desesperadamente tomar consciência de si mesmas e buscam o sentido de sua vida” (Rónai, 2001, p.13).

Entende-se aqui que o conto A Terceira Margem do Rio permite refletir sobre o homem e a sociedade e, mais ainda, pensar os indivíduos à margem da sociedade que, acuados, não pela morte, mas pela morte em vida, *procuram desesperadamente tomar consciência de si mesmos*. Compreende-se que o conto rosiano, elaborado desde uma linguagem poética, pode ser lido como uma estrutura fantasiosa da problemática que impulsiona as reflexões do presente trabalho: quais as conseqüências da submissão do indivíduo a condições que o mata em vida em sua constituição subjetiva e na do seu sofrimento.

A partir do que foi exposto, evidencia-se que o conto A Terceira Margem do Rio será pensado a partir de uma percepção que toma o conto como uma ilustração do funcionamento da lógica necropolítica, permitindo, por meio da perspectiva privilegiada da obra, um novo viés sobre a questão: A personagem Pai, encaminhando-se para a terceira margem do rio e, com isso, passando a localizar-se em um não lugar, representa o ato do sujeito de se reencontrar com sua singularidade, negando a negação causada pelo aprisionamento em um ou outro significante. A personagem Filho, representa o morto-vivo, ilustrando o aprisionamento no significante e o desamparo discursivo, além de evidenciar possíveis consequências no sofrimento do sujeito: a melancolia, culpa e uma vida destinada à luta entre o ser e o não-ser.

A abertura do conto A Terceira Margem do Rio ocorre a partir da descrição, pelo personagem-narrador Filho, do Pai, “*um homem cumpridor, ordeiro, positivo*”, que “*não figurava mais estúrdio nem mais triste do que os outros*”, um homem “*só quieto*”. Trata-se de um personagem que ilustra, a princípio, uma não diferenciação, um homem massificado que era o que deveria ser e, assim, não espantava e nem se separava: era cumpridor, ordeiro e positivo, não era mais estúrdio e nem mais triste do que o restante. Não há o que o singulariza e, desse modo, não é visto a partir da concepção de sujeito singular. Conjuntamente a isso, o lugar de “*só quieto*”, remete a uma destituição do lugar discursivo: um sujeito massificado e sem palavras, como se ocupasse a posição daquele que deveria ser, *cumpridor*, e, destituído da fala, é também silenciado.

“*Mas se deu que, certo dia, nosso pai mandou fazer para si uma canoa*”. A partir da conjugação *Mas*, marca-se um ato em que algo inesperado aconteceu e, com isso, houve um escape daquilo previsto. Quebrando com a continuidade, deu-se a descontinuidade: rompeu-se com um destino determinado e, por meio da saída das duas margens convencionais, deslocou-se para uma terceira. Construída a canoa, o Pai entrou “*e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo -a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa*” e “*não voltou*”, apesar de não ter “*ido a nenhuma parte*”.

Posto a compreensão da Morte em vida como um aprisionamento, por parte do discurso social hegemônico, do sujeito em significantes que o desqualifica, molda suas relações e afunila suas possibilidades de ser, determinando o seu destino, a presença do personagem nas duas margens determinadas marcava a violência do discurso necropolítico, que o havia submetido a condição de morto vivo: era cumpridor, ordeiro e positivo, não havia o singular e nem o inesperado, apenas o quieto.

O ato de construir uma canoa, marcado pela conjunção *Mas*, conjuntamente com a ida para um não lugar, em que não se vai e nem se volta, marca uma quebra com o determinado,

expressando uma singularidade: *“só executava a invenção de permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar nunca mais”* e, com isso, *“se desertava para outra sina de existir”*. A partir de uma invenção e buscando outra sina de existir, posturas ativa do sujeito que demonstram intencionalidade - e portanto, singularidade -, retira-se das duas margens determinadas e já existentes e encaminha-se para o que, antes, lhe era negado: uma terceira margem, cuja ida evidencia a oportunidade de não se colocar nas únicas margens aparentemente possíveis, que demarcam uma existência pré-determinada.

A terceira margem representa, portanto, as infinitas possibilidades de reconhecimento e inscrição do sujeito na rede discursiva e, portanto, ilustração da dimensão plural do ser e da oportunidade do encontro com o desconhecido em si, do sujeito singular e contraditório: *“Aquilo que não havia, acontecia”*. Nesse sentido, há a volta à vida e o rompimento com os significantes que aprisionaram o sujeito, que continua a escapar daquilo que pudesse capturar, em uma forma estática, o seu ser, agora em movimento: *“tencionavam tirar retrato dele, não venceram: nosso pai desaparecia para a outra banda, aproava a canoa no brejão, de léguas, que há, por entre juncos e mato, e só ele conhecesse, a palmas, a escuridão, daquele”*.

O conto permite perceber outro mecanismo do discurso necropolítico, em que o desamparo discursivo, além de ser responsável pelo silenciamento do sujeito, atua de modo a criminalizar ou patologizar as suas saídas. A busca por uma terceira margem gerou estranhamento nas pessoas ao redor: *“a estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente”*. Sendo, com isso, denominada a partir de *“tristonha teima”* e atribuíram à doidera a sua causa: *“Todos pensaram de nosso pai a razão em que não queriam falar: doideira”*. Uma clara patologização da saída.

Para além disso, o personagem *“nunca falou mais palavra, com pessoa alguma”*, o que permite pensar que, em uma sociedade cujo discurso opera a partir da identificação e, com isso, do aprisionamento dos sujeitos em significantes, os movimentos de singularização e tentativas de fuga dessa desertificação, uma vez criminalizados e/ou patologizados, não são reconhecidos. Posto que desqualificados e silenciados, por tornarem visíveis o que o discurso pretende ocultar - a possibilidade de se desidentificar e apropriar-se de seu próprio destino -, o conto possibilita a formulação da seguinte reflexão: haja vista a impossibilidade de pensar o sujeito sem se valer da sociedade, as possibilidades de negar as negações que são impostas ao indivíduo e, com isso, a viabilidade de sair da condição de morto vivo e manter-se reconhecido fora dela, não depende de uma força de vontade individual, mas sim, do social e da possibilidade, ou não, de fazer furos no discurso dominante.

De modo distinto do primeiro personagem pensado, cuja análise discorre deste como uma metáfora para a possibilidade de uma saída da situação de aprisionamento nos significantes, o personagem-narrador Filho ilustra o oposto: a morte em vida e, portanto, demonstra os efeitos oriundos da prisão em significantes e do consequente desamparo discursivo. A partir da equivalência entre a morte em vida experienciada e descrita pelo personagem-narrador e a produzida pela lógica da necrogovernamentalidade, a análise do Filho abre margens para reflexões sobre os possíveis efeitos do discurso necropolítico, cuja uma das formas de operar é matando em vida, na constituição da subjetividade e do sofrimento dos indivíduos vítimas dessa lógica.

No início do conto, a partida do Pai, que não parte enquanto verbo, mas que se retorna partido, é anunciada. Visto a percepção do personagem como a representação de uma possibilidade, justamente a de se repartir, a anunciação revela uma presença que flutua na sociedade: é possível uma forma de ser em que o sujeito não se encontra identificado com significantes que o desvaloriza e, portanto, formas de vida que não são mortas. Haja vista tratar-se de uma possibilidade oculta pelo discurso hegemônico, ela é percebida, mas não compreendida e o Filho demonstra o seu interesse naquilo que flutua pelo social mas que é difícil de ser captado ao, sem entender o ato do Pai, pedir para ir com ele: *“O rumo daquilo me animava, chega que um propósito perguntei: - ‘Pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?’”*.

Ao descrever a morte na vida, Mbembe (2020) afirma que sua operação ocorre por meio do esvaziamento do sujeito de qualquer substância, uma vez que o obriga a assumir uma imagem e, com isso, o priva de criar para si e para os outros, uma representação própria. Contudo, o autor aponta não se tratar de uma posição passiva e confortável, posto que o sujeito, obrigado a assumir uma imagem imposta, é também condenado a uma luta aparentemente infinita contra ela. Isso revela que o sujeito conhece, mesmo sem saber, a possibilidade de se desidentificar com a imagem com a qual foi aprisionado: ele se percebe como não autor e não se reconhece a partir dela. Essa luta é ilustrada no conto rosiano, em que o personagem-narrador, a partir da presença-ausência do personagem Pai, percebe a possibilidade oculta de lutar contra as margens.

Apesar de ter que se acostumar com a ideia - se acostumar com o seu lugar e com a chance, apenas enquanto possibilidade, de romper com ele - na realidade, com nada se acostuma e não é capaz de ignorá-la, representando a luta: *“A gente teve de se acostumar com aquilo. Às penas, que, com aquilo, a gente mesmo nunca se acostumou, em si, na verdade”*. Com isso, flutuando no rio, tal como o Pai, em uma ausência presente, o fato do ser humano ser singular, múltiplo, dividido e oculto por meio da identificação sem as chances de desidentificação, torna-se um incômodo que fica presente, que insiste e que é impossível de ser representado: há a estranha

possibilidade de uma terceira margem. A história do Filho, então, é construída à sombra dessa possibilidade que lhe é barrada e dificilmente significada: *“Se, por um pouco, a gente fazia que esquecia, era só para se despertar de novo, de repente, com a memória, no passo de outros sobressaltos”*.

Tratando-se de algo oculto e naturalizado pela sociedade, o processo que aprisiona o sujeito em significantes, percebido sem ser compreendido, conjuntamente com o velamento do sujeito como singular, promovido pelo discurso hegemônico, geram uma luta que, ao sujeito, também é oculta e que visa um retorno do ser dividido, pensado a partir de múltiplos significantes. Os efeitos dessa batalha se evidenciam, como todo resto, como algo sentido mas não completamente entendido e, assim, observa-se um mal-estar que não pode ser significado e transformado em palavras, faltando significantes para recobrir os fatos.

Isso se revela no discurso do personagem-narrador que, imerso em uma luta infinita, deixa de viver e é consolidado como morto vivo, sofrendo de um mal-estar sem, de fato, saber o motivo: *“sou um homem de tristes palavras (...) Sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro. Soubesse-se as coisas fossem outras”*. Percebe-se, a partir daí, que os acontecimento e sentimentos vividos e narrados personagem-narrador são permeados por um complexo melancólico, cujo comportamento se dá *“como uma ferida aberta”*, que *“de todos os lados atrai energias de investimento (...) e esvazia o Eu até o completo empobrecimento”* (Freud, 1915/2021, p.186).

Com a intenção de refletir sobre a melancolia, Freud (1915/2021) a traz por meio de uma comparação com o luto, um estado não patológico. Tanto o luto quanto a melancolia são oriundos da perda de um objeto, cujo resultado é um doloroso abatimento, caracterizado pela perda de interesse no mundo externo. No caso do luto, a partir do exame da realidade, constata-se que o objeto foi perdido e, conseqüentemente, há a necessidade de que a libido nele investida seja retirada. Isso desperta uma objeção, haja vista a dificuldade do homem de abandonar uma posição libidinal mas, lentamente, pela ausência do objeto, o desligamento ocorre, até que o ego volte a ser livre para realizar outros investimentos. Assim sendo, apesar do luto absorver temporariamente o Eu, gerando inibições, perdas de interesses e esvaziamento do mundo, ele não é um estado patológico, mas um processo normal frente a perda de um objeto.

A melancolia, por outro lado, além de se caracterizar pelo abatimento doloroso e pela perda de interesse no mundo externo, ela é, também, marcada pela diminuição da autoestima, por recriminações e ofensas a si e pelo enorme empobrecimento e esvaziamento do Eu: *“O doente nos descreve seu Eu como indigno, incapaz e desprezível (...) Ele se acha sem interesse, incapaz para*

o amor e para realizar coisas” (p. 176). Esse efeito distinto ao estado de luto se dá por conta do melancólico perder um objeto desconhecido e cuja relação mantida se caracterizava pela ambivalência. Desta feita, a melancolia diz respeito a uma perda de objeto subtraída à consciência, não sendo possível discernir clareamento o que foi perdido e, assim, a perda desconhecida resultará em uma inibição enigmática, posto a impossibilidade de ver pelo que o doente é absorvido.

No quadro melancólico, a libido livre pela perda do objeto é recuada para o Eu, resultando na sua identificação com o objeto abandonado, fazendo com que o Eu se torne, ele mesmo, o objeto abandonado e, assim, a perda desse objeto se transforma na perda do Eu. Por conta da relação ambivalente com o objeto, porém, nesse processo, o amor “refugia-se na identificação narcísica” e o ódio “atua em relação a esse objeto substitutivo, insultando-o, rebaixando-o, fazendo-o sofrer e obtendo uma satisfação sádica desse sofrimento” (p.184). Como resultado, as tendências sádicas e o ódio se voltam contra o próprio sujeito, resultando nas brutais acusações que o Eu dirige a si próprio:

Portanto, na melancolia travam-se inúmeras batalhas em torno do objeto, nas quais ódio e amor lutam entre si, um para desligar a libido do objeto, o outro, para manter essa posição da libido contra o ataque. Não podemos situar essas lutas em outro sistema que não o inconsciente (p. 191).

Voltando ao conto, sua narrativa é feita a partir daquilo que o personagem-narrador se “*alembra*”, se constituindo a partir de um estado reflexivo sobre o passado que, caracterizando um discurso melancólico, é reconstruído a partir da tristeza, do medo e da autocondenação: “*Sou homem de tristes palavras. De que era que eu tinha tanta, tanta culpa?*”, “*Sofri o grave frio dos medos, adoeci*”, “*E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão*”.

Duelando, sem dar-se conta, em uma batalha, aparentemente individual, contra o efeito discursivo que o aprisionou, o Filho apresenta-se melancólico, vivendo uma carência, esvaziado de qualquer substância e submetido a uma perda sem saber o que, de fato, ele perdeu: “*Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo*”. Morto em vida, vive uma vida “*que é só demoramento*”, uma vida que não foi: lhe é impossibilitado uma invenção e ocupação da terceira margem, de ver-se e ser visto enquanto sujeito singular, livre da prisão significativa e, “*sem fazer conta do se-ir do viver*”, ele descreve a vida que não teve: “*Eu fiquei aqui, de resto. Eu nunca podia querer me casar. Eu permaneci, com as bagagens da vida*”.

O narrador é preso nas margens e, à margem, é destinado a uma posição “*de resto*” no discurso social, ele é morto vivo a partir do seu aprisionamento em significantes e demonstra, em

sua narrativa, uma perspectiva melancólica perante a vida que não viveu. Espera que, ao menos na morte, consiga livrar-se das duas margens e ser uma terceira: *“Então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro - o rio”*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da concepção de que a articulação entre o neoliberalismo e a necropolítica não afeta apenas o corpo, mas também acarreta implicações subjetivas, entendeu-se que a lógica negrogovernamental que mata em vida gera consequências subjetivas em suas vítimas. Portanto, o presente estudo se propôs a investigar quais seriam elas.

Diante o entrelaçamento entre a negrogovernamentalidade, particularmente em sua manifestação de matar em vida, e as reflexões de Miriam Debieux Rosa sobre o sofrimento sociopolítico, identificou-se a morte em vida como um aprisionamento em significantes que resulta no desamparo discursivo. A morte em vida, concebida como uma existência essencialmente morta, devido à falta de possibilidade de autotransformação, decorre do poder do discurso social, por conta de um equívoco alienante, de promover laços sociais que dessubjetivam os sujeitos, atribuindo-lhes significantes como se fossem verdades incontestáveis e, assim, os privando de sua multiplicidade e capacidade discursiva, resultando em um silenciamento deste sujeito e do seu sofrimento.

Todavia, para uma compreensão mais aprofundada das consequências subjetivas dessa prisão de significantes e do subsequente desamparo discursivo, lançou-se mão da análise do conto *A Terceira Margem do Rio*, de João Guimarães Rosa. A partir de uma leitura da obra à luz dos pensamentos de Mbembe e de Miriam Debieux Rosa, foi possível observar o conto como uma visão metafórica das dinâmicas do necropoder e de suas implicações, destacando formas de pensar os efeitos subjetivos da morte em vida.

O personagem Pai, ao dirigir-se à terceira margem do rio, simboliza a busca pela libertação das limitações impostas pelos significantes, e sua transição para um "não lugar" representa a redescoberta da singularidade e a negação do aprisionamento simbólico. Por outro lado, o Filho personifica o estado de morto-vivo, demonstrando os efeitos do aprisionamento no discurso e do subsequente desamparo e refletindo, em sua melancolia, a tristeza, culpa e uma existência marcada pela luta interna entre ser e não ser.

Em suma, este estudo investigou a morte em vida a partir do viés de um aprisionamento simbólico, levantado, a partir da leitura do conto rosiano, a hipótese de que a consequência para a constituição subjetiva daqueles que são mortos em vida é a melancolização de seus discursos. Para além disso, o conto também permitiu vislumbrar a possibilidade de fazer furos no discurso social e romper com os significantes que aprisionam e desvalorizam, retornando a dimensão plural do ser e ao encontro do desconhecido em si, do sujeito singular e contraditório que se é. Também foi possível refletir sobre impossibilidade de encarar o escape dessas condições como tentativas

individuais e, mesmo que haja a possibilidade de fugir da desertificação e escapar da prisão, tais tentativas são criminalizadas, patologizadas e não reconhecidas, sendo possível amarrar novamente o sujeito nas redes que buscam a manutenção do poder e da lógica do mercado.

Pensando para além das possibilidades do conto e encaminhando-se para o mundo, há questões que o presente trabalho suscitou: Se a melancolia é oriunda da perda de um objeto desconhecido ao sujeito, qual seria o objeto perdido pelos que são mortos em vida? O que teria possibilitado que Seu Jorge, Felipe Lima e o Pai, no conto de Guimarães, conseguissem escapar para uma terceira margem?

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, F. Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 105-131, Jun, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100007. Acesso em: 24 set. 2022.
- ALMEIDA, L. S. Necropolítica e Neoliberalismo. *Caderno CRH*, v. 34, e021023, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- AZEVEDO, A. V. A partir de “A Terceira Margem do Rio”: Algumas considerações sobre transmissão em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. IV, n.2, p.61-72, Jul/Dez, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/W6Dp5SSJmqsf3pFyTWJ3PGF/#>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BARROS, A. S. O luto, a melancolia e o trágico em A terceira margem do rio, de Guimarães Rosa. *Revista de Psicanálise da SPPA*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 141–163, 2015. Disponível em: <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/8>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BRAGA, A. P. M.; ROSA, M. D. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 89-107, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/575>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BRAGA, A. P. M.; ROSA, M. D. Escutando os subterrâneos da cultura: racismo e suspeição em uma comunidade escolar. *Psicologia em estudo*, v. 23, e37502, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZhGG5PXhym9ZBwms7CyGYcw/?lang=pt#>. Acesso em: 29 set. 2023.
- COUTINHO, Eduardo de Faria (1973 [1983]). “Guimarães Rosa e o processo de revitalização da linguagem”. IN: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). *Guimarães Rosa*. (Coleção Fortuna Crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 202-234.
- ENRIQUEZ, E. *Psicanálise e Ciências Sociais*. *Agora*, v. 8, n. 2, p. 153-174, 2005. Acesso em 06 de outubro, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/jDRbTN46rPwk5tdmwf37pyq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FILGUEIRA, M. O Infantil: terceira margem para a função. Calibán: Revista Latinoamericana de Psicoanálisis, v. 19(1/2), p.41-51, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-141105?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

FRANCO, F. L. Fazer Precarizar: neoliberalismo autoritário e negrogovernamentalidade. Caderno CRH, v. 34, p. e021024, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44503>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FRANCO, F. L. Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimentos e subjetividades. UBU, São Paulo, 2021.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

GARCIA-ROZA, L. A. (1991). Pesquisa de tipo teórico. IN: Susana, B.; Medeiros, M. (Org). Psicanálise e Universidade. EdIPUCRS, p.09-31, 2012.

GUIMARÃES, A. R. G. de P. A psicanálise e a literatura: possíveis diálogos. Psicanálise - Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 101–113, 2019. Disponível em: <https://revista.sbpdepa.org.br/revista/article/view/7>. Acesso em: 30 out. 2023.

JUNIOR, Nelson da Silva, et al. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Brasil, Autêntica Editora, 2021.

LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

LUCERO, A.; VORCARO, A. Do vazio ao objeto: das Ding e a sublimação em Jacques Lacan. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. XVI, p. 25-39, abr, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/TBHzkKkz3B9hHxpDdWDwFfd/?lang=pt#>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MANDELBAUM, B. De pai para filho: transmissão, permanência e mudança em “A terceira margem do rio”, de João Guimarães Rosa. Estudos Avançados: Cultura e Sociedade, São Paulo, av. 35 (103), p.81-91, Set/Dez, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/NyQFYc7ys6RHkfySzwbjkCQ/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 23 out. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 13 out. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política do morte. N-1 Edições, São Paulo, 2018.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. N-1 Edições, São Paulo, 2018.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. N-1 Edições, São Paulo, 2021.

MEZAN, Renato. Sociedade, Cultura, Psicanálise. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=wxydDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=psican%C3%A1lise+sociedade&ots=jUf2ccvAT8&sig=jDFsWCQ9-RnQRgDyF7DhiT6SGCU#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 3 out. 2023.

NASIO, J. D. 9 Lições sobre Arte e Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PAPETTE, L. A canoa e o rio da palavra. Espaços e caminhos de João Guimarães Rosa: dimensões regionais e universalidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 327-339.

PODPAH, Podpah com Seu Jorge. *Entrevista com Seu Jorge*. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_NDKaT1sfg. Acesso em: 05 mai. 2024.

QUEIRÓS, E. A Relíquia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

QUINET, A. A Coisa e o Belo. O Que Nos Faz Pensar, Rio de Janeiro, v. 13, n.16, p.105-115, novembro. 2003. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnfp/article/view/169>. Acesso em: 07 set. 2023.

QUINTANS, S. M. T. A terceira margem do rio: sobre as vicissitudes do luto na clínica contemporânea. *Berggasse*, v. XII, n. 1, p.37-45, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-141721>. Acesso em: 16 out. 2023.

RAMOS, Maria Luiza. “Análise Estrutural de Primeiras Estórias”. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). Guimarães Rosa. (Coleção Fortuna Crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1983], p. 514-519.

RHODEN, C. *Nunca me Sonharam*. Brasil: Maria Farinha Filmes, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aE2gOo9rW1w>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RIVERA, Tania. Guimarães Rosa e a psicanálise – ensaios sobre imagem e escrita. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIVERA, Tania. O sujeito na psicanálise e na arte contemporânea. *Periódicos de Psicologia: Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, N. 1, p. 13-24, ago, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100002. Acesso em: 30 out. 2023.

RÓNAI, Paulo. Rondando os segredos de Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim (“Corpo de baile”)*. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, J. G. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROSA, J. G. *Grande Sertão Veredas*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, M. D. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. *Psicologia: Ciência e profissão*, v. 42, e242179, p.1-10, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/#>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ROSA, M. D.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 180-188, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ROSA, M. D.; ESTÊVÃO, I. R.; BRAGA, A. P. M. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, v. 22, n. 3, p. 359-369, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. IV, n. 21, p. 329-348, 2004. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008.

Acesso em: 24 set. 2023.

SAMPAIO, C. P. (2006). Algumas idéias sobre pesquisa em Psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, p.243-255, Jun, 2006. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100016.

Acesso em: 28 out. 2022.

SCORSOLINI-COMIN, F.; FIGUEIREDO, I. A. Concepções de saúde, doença e cuidado em Primeiras histórias, de Guimarães Rosa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n.3, p.883-897, Jul/Set, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3HnrZypFbmwDrhBYwRMryzL/abstract/?lang=pt>. Acesso

em: 20 out. 2023.

SERRANO, Pedro Estevam Alves; MAGANE, Renata Possi. A governabilidade de exceção permanente e a política neoliberal de gestão dos indesejáveis no Brasil. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, vol. 7, n. 2, p. 517-547, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/57KGyZCzQFPHKMkQRLRbnxP/abstract/?lang=pt>. Acesso

em: 13 abr. 2022.

SERRANO, Pedro Estevam Alves. Estado de exceção e autoritarismo líquido na América Latina. *Revista Politética*, São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 94-125, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/49305>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SOUZA, P. F. A Posição da Poesia na Teorização Freudiana: O ato do Poeta entre o Particular e o Universal. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. XXV n.3, p.43-51, Set/Dez, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/agora/a/38bwqzt48sYvX3KLPTZXbGL/#>. Acesso em: 03 nov. 2023.

VIOLANTE, M.L.V. (2000). Pesquisa em Psicanálise. In: (org.) Pacheco Filho, R.A., Coelho Jr., N., Debieux-Rosa, M. (2000). *Ciência, Pesquisa, Representação e Realidade em Psicanálise*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 109 -117.